

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Secretaria de Estado de Saúde****Junta de Recursos - SES-MG****Parecer nº 15/SES/GAB-JRECURSOS/2024****PROCESSO Nº 1320.01.0037554/2021-78****JUNTA DE RECURSOS DE AUDITORIA ASSISTENCIAL****ASSUNTO:** Análise de Recurso Administrativo**AUDITADO:** Sistema Municipal de Saúde**UNIDADE VISITADA:** Associação de Assistência Social Santa Casa de Misericórdia /Hospital Santa Casa de Misericórdia de Araxá**MUNICÍPIO:** Araxá**SEI:** 1320.01.0037554/2021-78**ATIVIDADE SISAUD:** 656**RECORRENTE:**

- **Sra. D.D.C.B. (Pessoa Física)**

RELATÓRIO

Trata-se de auditoria programada, realizada pela Assessoria Regional de Auditoria Assistencial (ARAS) Patos de Minas e ARAS Uberlândia, no Sistema Municipal de Saúde de Araxá, tendo como unidade visitada o Hospital Santa Casa de Misericórdia, daquele município, no período compreendido entre 07 a 11/06/2021.

Referida auditoria ocorreu para atender ao Plano Anual de Auditoria Assistencial do Componente Estadual de Auditoria – CEA/SUS-MG - Exercício de 2021, com foco na verificação da adequação do recebimento e/ou da execução dos recursos financeiros, bem como nas ações e serviços prestados ao usuário do SUS no enfrentamento da COVID-19.

Após a emissão do Relatório Final, foram originados os ofícios de notificação SES/AUDSUS nº 367/2023, 368/2023, 370/2023, 371/2023 e 464/2023, em virtude das seguintes constatações não conformes, seguidas das penalidades de Advertência Escrita e Medidas Corretivas de Devolução de Recursos, impostas nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24 de agosto de 2011:

Relatório Final/Sistema Municipal de Saúde:

- ***Penalidade de Advertência Escrita em consequência das constatações não conformes:***

1 – Constatação nº638085 - A SMS não celebrou instrumentos jurídicos com a Associação de Assistência Social da Santa Casa de Misericórdia de Araxá para o repasse de recursos financeiros recebidos (de origem Federal, Estadual e ou Municipal) referentes ao

enfrentamento COVID-19 e destinados as ações de média e alta complexidade de acordo com as regras que viabilizaram os repasses.

2 – Constatação nº 638087 - A SMS não aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade na Associação de Assistência Social da Santa Casa de Misericórdia de Araxá.

3 – Constatação nº 638091 – A SMS não realiza acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos firmados com a Associação de Assistência Social da Santa Casa de Misericórdia de Araxá para enfrentamento da COVID -19.

4 – Constatação nº 631640 - A SMS de Araxá não promoveu os ajustes no Plano Municipal de Saúde (PMS), Programação Anual de Saúde (PAS) 2020 e 2021, inserindo às ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19.

5 – Constatação nº 638099 - A SMS/Araxá não promoveu a devida alteração/complementação na LDO para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19.

Relatório Final/Santa Casa de Misericórdia de Araxá:

• Penalidade de Advertência Escrita em consequência das constatações não conformes:

1 – Constatação nº 638104 – O Hospital não atualiza com fidedignidade as informações referentes ao quantitativo, a ocupação e a regulação assistencial dos leitos COVID-19 nos sistemas preconizados na legislação.

2 – Constatação nº 638397 – Não apresentação do prontuário 1263606/9 referente à AIH 31201211811529.

3 – Constatação nº 638398 – CNES desatualizado no módulo hospitalar/leitos complementares, nas competências 11 e 12/2020 e 01/2021.

• Penalidade de Advertência Escrita e Medida Corretiva de Devolução de Recursos em consequência das constatações não conformes:

4 – Constatação nº 638100 – A Associação de Assistência Social da Santa Casa de Misericórdia de Araxá não utilizou os recursos financeiros recebidos para o enfrentamento da COVID-19 conforme preconizado nos instrumentos jurídicos firmados e/ou na legislação vigente.

5 – Constatação nº 638396 – Recebimento indevido de recursos das Resoluções SES/MG nº 7295/2020 e 7384/2020, referentes respectivamente aos meses de novembro e dezembro de 2020.

PARECER

A **Sra. D.D.C.B.** (Secretária Municipal de Saúde no período compreendido entre 13/03/2018 e 01/04/2021) - interpôs recurso em 2ª Instância, em resposta ao Ofício de Notificação SES/AUDSUS nº 371/2023 (**doc. 68538049**), por meio de documento (**doc. 72207591**), datado de 19/09/2023.

A Secretaria Municipal de Saúde de Araxá, o Hospital Santa Casa de Misericórdia de Araxá e todas as demais Pessoas Físicas notificadas não apresentaram recurso em 2ª instância.

Conhecemos do recurso pela tempestividade e legitimidade da Recorrente:

1 – Constatação nº 638085 - A SMS não celebrou instrumentos jurídicos com a Associação de Assistência Social da Santa Casa de Misericórdia de Araxá para o repasse de recursos financeiros recebidos (de origem Federal, Estadual e ou Municipal) referentes ao enfrentamento COVID-19 e destinados as ações de média e alta complexidade de acordo com as regras que viabilizaram os repasses.

• **Não houve manifestação da Recorrente em relação a essa Constatação.**

2 – Constatação nº 638087 - A SMS não aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade na Associação de Assistência Social da Santa Casa de Misericórdia de Araxá.

• **A equipe de auditoria evidenciou:**

“Foi apresentada a equipe a seguinte documentação: Notas de Empenhos n.º 8642/2020, 12546/2020 e 16988/2020 e respectivas transferências bancárias, Extratos bancários e razões de banco da Conta que o município recebe recursos para enfrentamento a COVID do FNS. Foi realizada ainda consulta ao site do Fundo Nacional de Saúde para verificação de repasses das Portarias Ministeriais.

Após análise da documentação apresentada verificou-se que a SMS/Araxá realizou repasses de recursos financeiros recebidos do Fundo Nacional de Saúde - FNS para a Santa Casa de Misericórdia, destinados ao enfrentamento da pandemia de COVID-19 nas ações de média/alta complexidade, conforme discriminado no Anexo 1 deste Relatório sendo: R\$ 629.527,84 (seiscentos e vinte e nove mil, quinhentos e vinte e sete reais e oitenta e quatro centavos) oriundos da Portaria MS/GM nº 1393/2020 no dia 08/07/2020, R\$ 904.470,02 (novecentos e quatro mil, quatrocentos e sete reais e dois centavos) oriundos da Portaria MS nº 1448/2020 no dia 08/07/2020, R\$ 338.768,98 (trezentos e trinta e oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e noventa e oito centavos), oriundos da Portaria MS nº 1666 no dia 01/10/2020 e R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) conforme determinado na Portaria MS/GM nº 2624/2020 no dia 22/01/2021.

Os repasses relativos aos recursos das Portarias MS/GM nºs 1666/2020 e 2624/2020 ocorreram de acordo com a legislação e convênios celebrados, entretanto os repasses relativos as Portarias MS/GM nºs 1393/2020 e 1448/2020 apesar de estarem de acordo com

o convênio celebrado, foram efetivados fora do prazo estipulado nas referidas Portarias que é até o 5º dia útil após o recebimento, uma vez que o FMS recebeu o recurso da Portaria MS/GM nº1393/2020 em 25/05/2020 e repassou a Santa Casa somente no dia 08/07/2020, já o recurso da Portaria MS/GM nº 1448/2020 foi creditado na conta do FMS em 03/06/2020 e repassado a Santa Casa também no dia 08/07/2020.”

• **Manifestação da Recorrente:**

*“A propositura da sanção, qual seja, a aplicação da penalidade de “Advertência por Escrito” não deve prosperar, tendo em vista, conforme já demonstrado na manifestação (Defesa – prévia), reitera-se: com relação ao repasse à Santa Casa de Misericórdia de Araxá/MG realizado somente em 08/07/2020, uma vez mais, esclarece que não lhe foi atribuída tal competência de aporte/repasse de recursos a essa Secretária, **haja vista, esses ficavam adstritos à Tesouraria da PMA - Prefeitura Municipal de Araxá /MG, sendo essa centralizada.**”*

A Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências:

(...)

CAPÍTULO III

DA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

(...)

Seção II

Do Repasse e Aplicação dos Recursos Mínimos

(...)

Art. 14. O Fundo de Saúde, instituído por lei e mantido em funcionamento pela administração direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, constituir-se-á em unidade orçamentária e gestora dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde, ressalvados os recursos repassados diretamente às unidades vinculadas ao Ministério da Saúde.

(...)

A Portaria MS/GM nº 1.393, de 21 de maio de 2020, dispõe sobre o auxílio financeiro emergencial às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no controle do avanço da pandemia da Covid-19:

(...)

Art. 4º Fica estabelecido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento de cada parcela pelos Fundos Estaduais, Distrital e Municipais de Saúde, para que os gestores locais efetuem o pagamento do auxílio financeiro emergencial aos

estabelecimentos de saúde constantes no Anexo desta portaria, no caso da primeira parcela, e dos constantes da portaria de que trata o parágrafo único do art. 3º, no caso da segunda parcela, em conformidade com os trâmites legais.

§ 1º Para fins de pagamento às entidades beneficiadas, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aditivar o contrato, convênio ou instrumento congênere vigente ou firmar novo instrumento, observado o disposto na Lei nº 13.995, de 2020, nesta Portaria e no art. 4º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com regras expressas sobre a forma e os prazos para a prestação de contas dos recursos pelas entidades.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, imediatamente, disponibilizar em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), com ampla transparência, os montantes transferidos a cada entidade beneficiada, contendo no mínimo, razão social, estado, município, número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e Código CNES, em conformidade com o § 2º do art. 4º da Lei nº 13.979, de 2020.

A Portaria MS/GM nº 1.448, de 29 de maio de 2020, dispôs sobre a transferência da segunda parcela do auxílio financeiro emergencial às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, nos termos da Lei nº 13.995, de 5 de maio de 2020, e do art. 3º da Portaria nº 1.393/GM/MS, de 21 de maio de 2020:

(...)

Art. 2º Aplica-se à segunda parcela de que trata esta Portaria o disposto nos arts. 4º a 8º da Portaria nº 1.393/GM/MS, de 21 de maio de 2020.

As alegações apresentadas, em sede de recurso administrativo, não afastam a irregularidade, pelo contrário, apontam que elas de fato ocorreram, a teor do que dispõe a legislação pertinente, a qual estabelece que a gestão do SUS em âmbito municipal compete à Secretaria Municipal de Saúde. Assim sendo, consideramos que a irregularidade não foi justificada.

3 – Constatação nº 638091 – A SMS não realiza acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos firmados com a Associação de Assistência Social da Santa Casa de Misericórdia de Araxá para enfrentamento da COVID -19.

• A equipe de auditoria evidenciou

“A SMS de Araxá firmou instrumentos para viabilizar os repasses de recursos para o enfrentamento à COVID-19 conforme detalhado no anexo na tabela 01. Em todos os convênios firmados há previsão contratual sobre o acompanhamento e a fiscalização do instrumento. Foram solicitados, em 17/11/2021, via e-mail, os relatórios da comissão de avaliação dos termos de contratualização de todos contratos e convênios firmados entre a SMS e a Santa Casa de Araxá, de março/2020 a maio/2021, que tiveram como objeto repasses e/ou pagamento relacionados ao COVID-19. Foi apresentado, em 19/11/2021, via e-mail, somente documentos relacionados ao convênio nº 003/2020, que dizem respeito a solicitação de alteração do plano de trabalho do referido convênio, sendo que a comissão foi demandada nesta situação pontual. Ressalta-se que nesta documentação consta portaria nº 07/2020, da SMS de Araxá, que nomeou a comissão de monitoramento, acompanhamento e execução do convênio nº 003/2020 firmado com a Santa Casa. Em todos os convênios

firmados, consta cláusula contratual que o concedente deverá, conforme cláusula segunda: "2.4 - exercer controle e fiscalização, através da respectiva secretaria municipal, a qual caberá indicar servidor público para o desempenho da aludida função" e "2.5 - Avaliar, em conjunto com os dirigentes da entidade, a execução do objeto proposto e conveniado". Na cláusula oitava está descrito que "§ 1º Deverá o servidor responsável pela fiscalização da execução do objeto conveniado, emitir Relatório Conclusivo, que se juntará ao processo de Prestação de Contas". Foi encaminhado novo e-mail à Secretária Municipal de Saúde, em 30/11/2021 solicitando tais documentos, porém não foram apresentados até a finalização deste relatório. Portanto, tais atos praticados em virtude dessas cláusulas contratuais não foram apresentados à equipe de auditoras frente aos convênios nºs 03, 010, 021 e 026/2020 e nºs 02, 03 e 06/2021."

• **Manifestação da Recorrente:**

"A propositura da sanção, qual seja, a aplicação da penalidade de "Advertência por Escrito" não deve prosperar, tendo em vista, conforme já demonstrado na manifestação (Defesa – prévia), reitera-se: "Diante da constatação de que: "A SMS não realiza acompanhamento da execução dos Instrumentos Jurídicos firmados com a Associação de Assistência Social da Santa Casa de Misericórdia de Araxá para enfrentamento da COVID-19", vimos esclarecer que conforme "Portaria nº 07/2020, da SMS de Araxá" a qual criou a Comissão de Monitoramento, essa tinha por competência o acompanhamento, monitoramento e fiscalização do (s) convênio (s) com a Santa Casa."

Da normativa que rege o tema:

- Portaria de Consolidação MS/GM nº 2, de 28 de setembro de 2017, que contem as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde, dispõe:

(...)

ANEXO XXIV

Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) (Origem: PRT MS/GM 3390/2013)

(...)

Seção VII

Do Eixo de Responsabilidades das Esferas de Gestão

(Origem: PRT MS/GM 3390/2013, CAPÍTULO III, Seção VI)

Art. 37. *A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, representados por suas instâncias gestoras do SUS, são responsáveis pela organização e execução das ações da atenção hospitalar nos seus respectivos territórios, de acordo com os princípios e diretrizes estabelecidos na Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP). (Origem: PRT MS/GM 3390/2013, Art. 32)*

(...)

ANEXO 2 DO ANEXO XXIV

Diretrizes para a contratualização de hospitais no âmbito do SUS (Origem: PRT MS/GM 3410/2013)

(...)

CAPÍTULO VI

DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

(Origem: PRT MS/GM 3410/2013, CAPÍTULO VI)

Art. 33. Caberá a todas as esferas de gestão do SUS o monitoramento e a avaliação dos serviços prestados pelos hospitais contratualizados ao SUS, respeitadas as competências de cada esfera de gestão. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 33).

Parágrafo Único. *O monitoramento e avaliação poderão ser executados por meio de sistemas de informações oficiais e visitas "in loco". (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 33, Parágrafo Único)*

(...)

- Resolução CIT nº 4, de 19 de julho de 2012, dispõe sobre a pactuação tripartite acerca das regras relativas às responsabilidades sanitárias no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para fins de transição entre os processos operacionais do Pacto pela Saúde e a sistemática do Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP):

(...)

ANEXO I

RESPONSABILIDADES

4. Responsabilidades na Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria

4.1 Municípios

(...)

n. Monitorar e fiscalizar a execução dos procedimentos realizados em cada estabelecimento por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial;

Os convênios celebrados contêm disposições similares:

Cláusula Segunda – Das obrigações

(...)

2 – DO CONCEDENTE

(...)

2.4 – Exercer controle e fiscalização, através da respectiva Secretaria Municipal, à qual caberá indicar servidor público para o desempenho da aludida função. (...)

Cláusula Oitava – Do Acompanhamento e da fiscalização

A execução do objeto conveniado será acompanhada e fiscalizada conforme o item 2.4 da Cláusula Terceira, visando a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, respondendo a CONVENIENTE pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do convênio. O Controle Interno Municipal poderá a qualquer momento solicitar informações relacionadas ao convênio.

§ 1º Os agentes que fizerem parte do ciclo de transferência de recursos são responsáveis, para todos os efeitos, pelos atos que praticarem no acompanhamento e fiscalização da execução do convênio. (...)

A Recorrente cita a portaria que cria a comissão de monitoramento de apenas um dos convênios celebrados, outrossim, não foi apresentada documentação que comprove a atuação da referida comissão. Assim sendo, consideramos que permanece a irregularidade apontada pela equipe de auditoria.

4 – Constatação nº 631640 - A SMS de Araxá não promoveu os ajustes no Plano Municipal de Saúde (PMS), Programação Anual de Saúde (PAS) 2020 e 2021, inserindo às ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19.

• **A equipe de auditoria evidenciou:**

“Em análise documental do Plano Municipal de Saúde 2018-2021, da PAS 2020 e PAS 2021 a equipe constatou a inexistência de ajustes para contemplar as ações pertinentes ao combate a Pandemia da COVID-19.”

• **Manifestação da Recorrente:**

“A propositura da sanção, qual seja, a aplicação da penalidade de “Advertência por Escrito” não deve prosperar, tendo em vista, conforme já demonstrado na manifestação (Defesa – prévia), reitera-se: “Diante da constatação de que:” A SMS não promoveu os ajustes no Plano Municipal de Saúde (PMS), Programação Anual de Saúde (PAS) 2020 e 2021, inserindo às ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19.” Mister esclarecer, que as Ações Planejadas e Programadas para a Saúde do Município de Araxá/MG, eram deliberadas pela equipe técnica da SMS, com o Conselho Municipal de Saúde e encaminhadas à Secretaria Municipal de Fazenda, Planejamento e Gestão, responsável pela elaboração do Orçamento Anual do Município, bem como à Procuradoria Geral para as devidas iniciativas do executivo, em matérias legislativas.”

Da legislação que rege o tema:

- Portaria de Consolidação MS/GM nº 1, de 28 de setembro de 2017, consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde:

(...)

TÍTULO IV - DO PLANEJAMENTO

CAPÍTULO I - DAS DIRETRIZES DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO NO ÂMBITO DO SUS

(...)

Art. 96. O Plano de Saúde, instrumento central de planejamento para definição e implementação de todas as iniciativas no âmbito da saúde de cada esfera da gestão do SUS para o período de 4 (quatro) anos, explicita os compromissos do governo para o setor saúde e reflete, a partir da análise situacional, as necessidades de saúde da população e as peculiaridades próprias de cada esfera. (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º)

(...)

§ 3º A elaboração do Plano de Saúde será orientada pelas necessidades de saúde da população, considerando: (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º)

I - análise situacional, orientada, dentre outros, pelos seguintes temas contidos no Mapa da Saúde: (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I)

a) estrutura do sistema de saúde; (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, a)

b) redes de atenção à saúde; (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, b)

c) condições socio sanitárias; (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, c)

d) fluxos de acesso; (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, d)

e) recursos financeiros; (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, e)

f) gestão do trabalho e da educação na saúde; e (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, f)

g) ciência, tecnologia, produção e inovação em saúde e gestão. (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, g)

II - definição das diretrizes, objetivos, metas e indicadores; e (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, II)

III - o processo de monitoramento e avaliação. (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, III)

- **NOTA TÉCNICA Nº 7/2020, da Coordenação Geral de Fortalecimento da Gestão dos Instrumentos de Planejamento do SUS/CGFIP/DGIP/SE/MS**

1. ASSUNTO

1.1. Sobre ajuste no Plano de Saúde (PS) ou na Programação Anual de Saúde (PAS) para inclusão das metas ou das ações, respectivamente, decorrentes do enfrentamento à pandemia da COVID 19.

(...)

4. PROCEDIMENTO NO DGMP COM RELAÇÃO À PANDEMIA DA COVID-19

4.1. Com relação à pandemia da COVID 19, que alterou o cenário epidemiológico em todo o mundo, os gestores dos estados, Distrito Federal e municípios deverão proceder da mesma maneira do disposto nos itens 3.2, 3.3 e 3.4, isto é, solicitar ajuste no plano para inclusão das metas ou inclusãodas ações na PAS decorrentes da covid-19, conforme enquadramento ao item 3.3. ou 3.4.

4.2. Com esse procedimento, as referidas metas e ações serão apresentadas posteriormente no RG 2020 e também nos RDQA de 2020, nos quais os gestores já podem indicar as ações que vêm sendo realizadas em relação à COVID 19.

4.3. Ressalta-se que no caso de solicitação de ajuste no PS (ver item 2.9), a PAS 2020 deverá estar aberta (ver item 2.10) para recepcionar as novas metas inseridas no PS. A PAS 2018 e 2019, ao contrário, deverão estar fechadas (ver item 2.10) quando do ajuste no PS. Caso estejam abertas (ver item 2.10), também recepcionarão as metas da COVID-19 que foram inseridas no Plano, o que não faz sentido, visto que este agravo não estava presente no cenário epidemiológico nos referidos anos.

4.4. Assim e em consonância ao exposto, é fundamental observar as Portarias do Ministério da Saúde, que tratam de repasses relativos à COVID 19 e a Lei Complementar nº 172/2020 que informam que a prestação de contas será feita no RG.

4.5. Seguindo a lógica do planejamento descrita nos itens 2.5 e 2.6, as metas relativas à Covid-19, para que estejam expressas no RG, devem ser inseridas no PS e também na PAS.

4.6. Eventuais documentos relacionados ao plano de contingência podem ser anexados no campo "outros arquivos" que está presente na tela de inserção da DOMI no PS e na tela de anualização das metas na PAS.

5. CONCLUSÃO

5.1. Qualquer alteração no cenário epidemiológico que impacte no planejamento, deve ser objeto de revisão e posterior alteração no PS ou na PAS, conforme itens 3.3 e 3.4. Se a alteração afetar um único município, então esse município deverá realizar o ajuste do PS ou na PAS no DGMP. Caso afete um conjunto de municípios

de uma mesma região ou municípios de regiões diferentes, como aconteceu recentemente com a febre amarela, então esse conjunto de municípios deverá proceder aos ajustes.

5.2. No caso da COVID-19, o procedimento é o mesmo. A única diferença é que a COVID- 19, por se tratar de uma pandemia, alterou o cenário epidemiológico de todos os estados, Distrito Federal e de todos os municípios. Portanto, todos os entes deverão, se necessário, proceder ao ajuste no PS ou na PAS, conforme o caso, observando-se as recomendações nos itens 4.1, 4.2 e 4.3.

5.3 Vale ressaltar que o ente é autônomo e responsável pela elaboração, adequação e ajustes necessários aos seus instrumentos de planejamento. O DGMP reflete parte desse processo. Assim cabe ao ente decidir se é necessário ajustar sem perder de vista que essas alterações repercutirão na prestação de contas, isto é, no RG.

A manifestação da Recorrente corrobora com os apontamentos feitos pela equipe de auditoria, não trazendo argumentações válidas, ao nosso entender, para afastar a não conformidade identificada. Isso posto, consideramos a irregularidade não justificada.

5 – Constatação nº 638099 - A SMS/Araxá não promoveu a devida alteração/complementação na LDO para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19.

• **A equipe de auditoria evidenciou:**

“Após análise da documentação apresentada, verificou-se que a Lei nº 7.475 de 11/09/2020 que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária (LDO) para o exercício de 2021, menciona em seu art. 55, inciso II que a Lei Orçamentária ou seus créditos adicionais poderão conter dotação específica destinada ao enfrentamento a pandemia do COVID-19. Foi apresentada também a Lei nº 7.383/2019 que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária (LDO) para o exercício de 2020. Verificou-se que a LDO de 2020 é de 31/07/2019 (data anterior à pandemia), entretanto não foi apresentado versões posteriores do referido documento que contemplassem alterações relacionadas parte da saúde para enfrentamento a COVID. Foram apresentadas somente as Leis Municipais nºs 7415/2019, 7416/2019, 7417/2019 e 7.442/2020, entretanto nenhuma destas contempla alterações ou complementações na LDO que identifique as ações, programas e despesas relacionadas a saúde para o enfrentamento da COVID-19.”

• **Manifestação da Recorrente:**

“A propositura da sanção, qual seja, a aplicação da penalidade de “Advertência por Escrito” não deve prosperar, tendo em vista, conforme já demonstrado na manifestação (Defesa – prévia), reitera-se: “Diante da constatação de que:” A SMS não promoveu a devida alteração/complementação na LDO para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19”, vimos esclarecer que a iniciativa de “alteração/complementação” na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias é exclusiva do chefe do executivo (Prefeito). Não obstante, os representantes da Procuradoria Geral do município bem como a Secretaria Municipal de Fazenda, Planejamento e Gestão poderão esclarecer o ocorrido.”

O Decreto Federal nº 10.360, de 21 de maio de 2020, que dispõe sobre a forma de identificação das autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia e de seus efeitos sociais e econômicos, estabeleceu:

Art. 1º As autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia, de que trata o art. 1º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, observarão os seguintes critérios:

*I - as programações orçamentárias cuja finalidade seja exclusivamente o enfrentamento da **covid-19** e de seus efeitos sociais e econômicos deverão conter o complemento “**covid-19**” no título ou no subtítulo da ação orçamentária, sem prejuízo de sua combinação com o marcador de que trata o inciso II;*

*II - as autorizações de despesas constantes da Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, e de seus créditos adicionais abertos, que sejam direcionadas ao enfrentamento da **covid-19** e de seus efeitos sociais e econômicos, mas constem de programações orçamentárias que não se destinem exclusivamente a essa finalidade, deverão receber marcador de plano orçamentário cuja codificação será iniciada por “CV”; ou*

*III - as demais autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento da **covid-19** e de seus efeitos sociais e econômicos que não puderem, por razões técnicas devidamente justificadas, ser identificadas na forma definida nos incisos I e II, deverão ser identificadas na forma a ser definida pela Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia e disponibilizadas para acesso público em sítio eletrônico. (...)*

A manifestação da Recorrente não contesta os apontamentos feitos pela equipe de auditoria, porém, argumenta que a iniciativa de alteração da LDO é exclusiva do executivo. Assim sendo, nossa opinião é pela manutenção da penalidade aplicada.

CONCLUSÃO

O processo de auditoria em análise tramitou nos moldes da Resolução SES-MG nº 2.906/2011, não havendo nenhuma irregularidade do ponto de vista técnico/jurídico, ao nosso entender.

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos. No entanto, não foram apresentadas justificativas válidas, acompanhadas de documentação probatória apta a afastar as irregularidades apontadas. Dessa forma, entendemos pelo conhecimento do recurso, porém negando-lhe provimento para manter as penalidades de Advertência Escrita impostas à Secretaria Municipal de Saúde de Araxá.

Em relação às penalidades de Advertência Escrita e Medida Corretiva de Devolução de Recursos aplicadas ao Hospital Santa Casa de Misericórdia de Araxá, esclarecemos que deverão ser mantidas em virtude da ausência de manifestação por parte do Auditado/Notificado.

À superior apreciação

Belo Horizonte, 19 de abril de 2024.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **86696472** e o código CRC **E45E4DE4**.

Referência: Processo nº 1320.01.0037554/2021-78

SEI nº 86696472